

ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO PROGRAMA ESTADUAL DE MICROBACIAS EM SÃO PAULO EM SUAS DUAS FASES (I E II)¹

Carlos de Castro Neves Neto²
Evandro César Clemente³

Resumo: O artigo tem como foco principal a análise das duas fases de implementação do Programa de Microbacias no Estado de São Paulo. O referido programa em sua primeira fase (2000-2008) ofereceu mudas para o plantio de mata ciliar, cercas para o isolamento das áreas de preservação permanentes, máquina de plantio direto, contratação de horas-máquina para a implantação de terraceamento e de curvas de nível. Somado aos benefícios individuais, o PEMH também teve como objetivo fortalecer as organizações rurais, com a doação de kit de informática, roçadeira, distribuidor de calcário etc. Com o fim do Programa de Microbacias em 2008, foi lançada a sua segunda fase, configurando uma nova política pública estadual, o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II – Acesso ao Mercado (2010-2015). O principal objetivo deste projeto é fortalecer as cadeias produtivas e os produtores rurais que estão inseridos numa organização coletiva. No artigo discutiremos as mudanças que ocorreram nesse novo projeto, que tem como foco principal a competitividade dos produtos da agricultura familiar, e não mais o meio ambiente, como era na edição anterior.

Palavras chave: Programa de Microbacias; política pública; meio ambiente e organização rural.

Analysis of the performance of the program of watersheds in state of São Paulo in your two phases (I and II)

Abstract: The article focuses mainly on the analysis of the two phases of implementation of the Programme of catchments in the State of São Paulo. The program in its first phase (2000-2008) offered seedlings for planting riparian vegetation, fences to isolate the permanent preservation areas, tillage machine, hiring of machine hours for the implementation of terracing and curves level. In addition to individual benefits, the PEMH also aimed to strengthen rural organizations, with the donation of computer kit, mowing, distributor limestone etc. With the end of the program catchments in 2008, launched its second phase, setting a new state policy, the Sustainable Rural Development Project - II Microbacias - Market Access (2010-2015). The main objective of this project is to strengthen supply chains and farmers who are included in a collective organization. In the paper, we discuss the changes that have occurred in this new project, which focuses primarily on the competitiveness of agricultural family, and not the environment, as it was in the previous edition.

¹ Esse artigo é resultado de duas teses de doutorado: NEVES NETO, Carlos de Castro. Políticas Públicas & Desenvolvimento Rural: o Programa de Microbacias I e II no Estado de São Paulo. Tese (doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, FCT/UNESP, Presidente Prudente, 312 f, 2013 e CLEMENTE, Evandro. O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas no contexto do desenvolvimento rural da região de Jales – SP. Tese (doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, FCT/UNESP, Presidente Prudente, 339 f, 2011.

² Mestre e Doutor em Geografia pela FCT/UNESP. Bolsista do Pós-Doutorado da CAPES no curso de Geografia da FCT/UNESP. E-mail: netosulian@gmail.com

³ Bacharelado, licenciatura, mestrado e Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). professor dos cursos de Graduação e Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás, campus de Jataí (UFG-CAJ). E-mail: evandrospfc@hotmail.com

Keywords: *Program catchments; public policy; environment and rural organization.*

INTRODUÇÃO

O principal objetivo do artigo consiste em analisar e comparar as duas fases de implementação do Programa Estadual de Microbacias no Estado de São Paulo. Para a consecução da pesquisa, foi efetuado levantamento bibliográfico e coleta de dados de fonte primária e secundária. Os dados de fonte primária foram obtidos a partir da realização de entrevistas com técnicos e agrônomos ligados à execução do programa de microbacias. Também foram aplicados formulários aos proprietários rurais em microbacias em que estão sendo implementadas ações do referido programa. Os dados de fonte secundária foram coletados junto ao Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agrícola do Estado de São Paulo (LUPA), da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI, vinculada à Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do mesmo estado.

O referido programa foi elaborado a partir das preocupações com a degradação ambiental gerada com a aplicação do pacote da revolução verde, a denominada “modernização” da agricultura, e que ocorreu a partir do final dos anos 1950 no Brasil.

O Programa de Microbacias Hidrográficas, em sua fase I, teve como objetivo “[...] amenizar e reverter o quadro de degradação do meio ambiente, promovendo técnicas preservacionistas e metodologias que produzam menor impacto sobre os nossos recursos naturais” (SÃO PAULO, 2000, p. 1). Ao mesmo tempo, também demonstrou preocupações com a dimensão social, procurando combater a pobreza rural. Deste modo, para o programa era fundamental: garantir a segurança alimentar; viabilizar economicamente as unidades de produção agropecuária; fortalecer as formas de organização social no campo; preservar o meio ambiente e melhorar a qualidade de vida das famílias rurais (SÃO PAULO, 2000). O custo total foi orçado em US\$ 124.740.200,00, de modo que US\$ 55.348.200,00 foram financiados pelo Banco Mundial e US\$ 69.342.000,00 entraram como contrapartida do Governo do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2001).

A fase I do projeto teve sua vigência entre os anos de 2000 e 2008, sendo que a partir do final do ano de 2010 houve o início da segunda fase, o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II, fruto de um acordo de empréstimo entre o Governo estadual e o Banco Mundial, no período de 2010-2015, no valor de US\$ 130,00 milhões, sendo US\$

78,00 milhões do Banco Mundial e US\$ 52,00 milhões contrapartida do governo estadual (SÃO PAULO, 2010 a).

O principal objetivo dessa nova política pública é fortalecer as cadeias produtivas dos produtores rurais que estão inseridos numa organização rural (associação e/ou cooperativa). O Projeto incentiva os agricultores familiares a adotarem melhores práticas de produção, comercialização, gestão e organização. Ao mesmo tempo, essa política tem como finalidade o fortalecimento das instituições públicas de atendimento aos agricultores familiares com investimentos em assistência técnica e extensão rural, acompanhamento econômico, gestão ambiental e na manutenção de estradas rurais.

Importante salientar, que por ser uma política pública recente, ainda temos poucos estudos e dados acerca do seu impacto no meio rural.

Dessa forma, dividimos o artigo em três partes, além da introdução e das considerações finais. Reservamos o primeiro item do artigo para a análise da primeira etapa do programa (2000 – 2008). O segundo item, por sua vez, será efetuada a análise da segunda edição do programa, que vem sendo implementada a partir do final do ano de 2010 e, por fim, na terceira parte, efetuaremos uma análise comparativa entre as duas edições do Programa de Microbacias.

O programa estadual de microbacias hidrográficas I

A origem do programa de microbacias em São Paulo foi a aplicação bem sucedida de projetos desta natureza nos estados do sul do país. O êxito dessas políticas nestes estados, bem como o preocupante quadro de degradação no Estado de São Paulo, foram fundamentais para se implantar um programa nos mesmos moldes, contando com recursos financeiros do Governo do Estado e do Banco Mundial.

Inicialmente, assim como o Paraná Rural e o Microbacias (implantando em Santa Catarina), o programa de microbacias tinha como foco apenas ações e procedimentos de cunho estritamente agrônomo-ambiental. Por conta da negociação de recursos com o Banco Mundial, esta agência exigiu do governo paulista a inclusão também da dimensão socioeconômica, ou seja, o combate à pobreza, como contrapartida necessária para a liberação dos recursos financeiros (HESPANHOL, 2005). Hespanhol (2007) aponta que houve forte resistência por parte dos técnicos da CATI, para que fossem incluídos elementos ambientais e sociais no programa.

O programa ficou sob a responsabilidade da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), órgão vinculado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. O Programa de Microbacias Hidrográficas I tinha como meta: garantir a segurança alimentar; viabilizar economicamente as unidades de produção agropecuária; fortalecer as formas de organização social no campo; preservar o meio ambiente e melhorar a qualidade de vida das famílias rurais. Sua meta era atingir 1.500 microbacias hidrográficas em 520 municípios e 90 mil produtores rurais (SÃO PAULO, 2000).

Dada a heterogeneidade do meio rural paulista, as regiões agrícolas do Estado de São Paulo foram classificadas em três níveis de prioridade para a implementação do programa, levando em consideração a susceptibilidade à erosão e o índice de pobreza rural dos municípios avaliados pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA). A figura 1 destaca as áreas prioritárias do Programa de Microbacias.

Também, foi efetuada uma classificação dos proprietários rurais situados nas microbacias hidrográficas, objeto de intervenção do programa, em três categorias: pequenos – com área até 50 hectares; médios – com área entre 50 e menos de 200 hectares, tendo no mínimo 70,0% da renda familiar oriunda da agropecuária, tendo ainda que residir na propriedade, no município da propriedade ou em município vizinho; e grandes – com áreas superiores a 200 hectares. Esta classificação é utilizada para a definição dos níveis de isenção que são concedidos aos proprietários rurais, para a adaptação da infra-estrutura e para a aquisição de equipamentos, de modo a adaptar os sistemas agrícolas. É exigida maior contrapartida financeira dos proprietários de maiores áreas e menores contrapartidas dos pequenos proprietários (SÃO PAULO, 2000) e (HESPANHOL, 2005).

O programa de microbacias teve como foco os pequenos proprietários rurais, sendo a maior parte dos recursos financeiros direcionada a este grupo. Desta forma, as práticas individuais oferecidas, como: adubação verde, cerca de proteção de APP, faixa de retenção, terraceamento, calcário, fossas sépticas, piqueteamento, bem como as práticas coletivas: construção de abastecedouros, aquisição de distribuidor de calcário, roçadeira e escarificador/subsolador, chegaram a ter até 90% dos seus custos subvencionados pelo programa para esta categoria de proprietários.

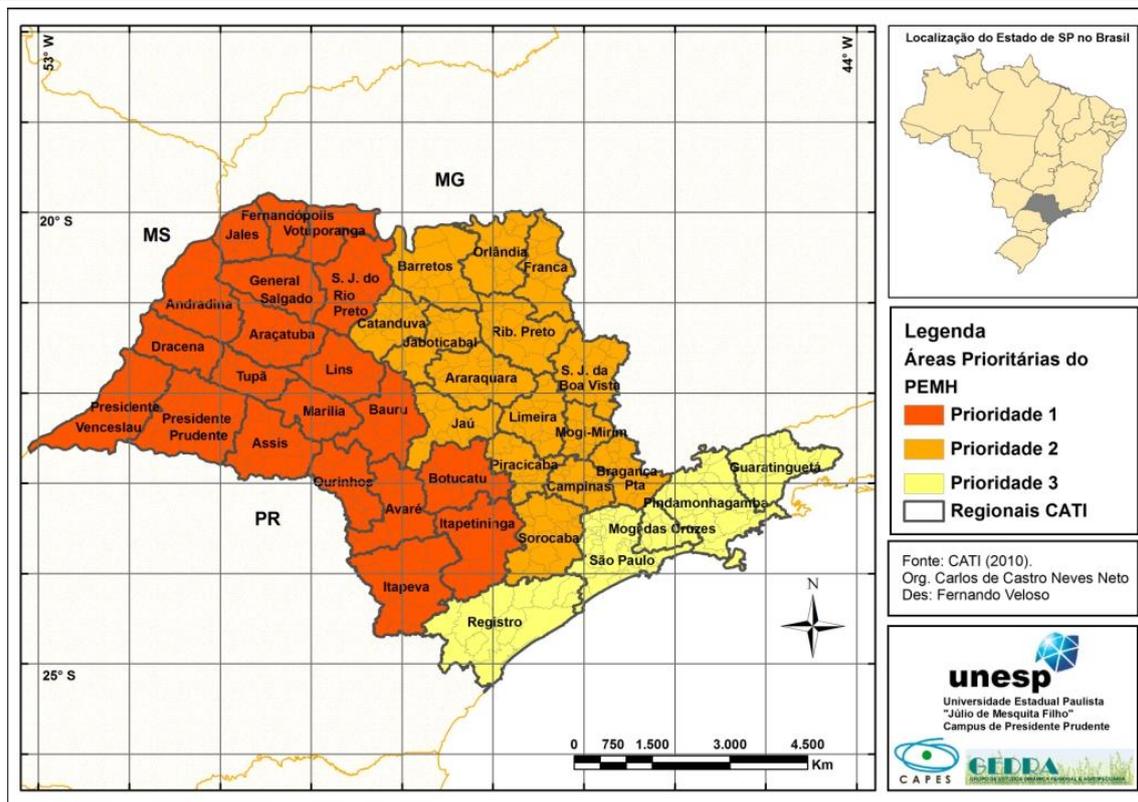


Figura 1: Áreas prioritárias do Programa de Microbacias (2000-2008)

Contudo, o acesso às subvenções coletivas exigia que fosse criado um grupo, com, no mínimo, cinco proprietários rurais. Para administrar a cessão das subvenções, aos distintos grupos de proprietários PR, foram criados dois grupos: Grupo 1 (G1) que é constituído por, no mínimo, 60,0% de pequenos proprietários, enquanto que o Grupo 2 (G2), constituído por menos de 60,0% de pequenos proprietários, o qual recebe menor valor financeiro para as subvenções coletivas.

Em relação aos grandes proprietários rurais, estes só podiam receber do Programa de Microbacias mudas de espécies florestais para o reflorestamento, cercas para a construção de APPs e fossas sépticas. Outros benefícios coletivos foram obtidos, somente, quando integravam grupos de pequenos produtores, de modo que estes últimos deviam ser predominantes no grupo formado (SÃO PAULO, 2000).

Em nível municipal, a principal ação do programa foi a adaptação de estradas rurais, de maneira a controlar o fluxo de água e propiciar a infiltração no solo, permitindo que ela permaneça por mais tempo na propriedade e se infiltre no solo, abastecendo o lençol freático e evitando escoamento de grandes quantidades de água, o que provoca erosão dos solos e assoreamento dos cursos d'água (HESPANHOL, 2007).

Nas propriedades rurais, o Programa de Microbacias Hidrográficas executou ações que se pautaram na construção de cercas para proteção das áreas de preservação permanente

(APPs), sobretudo em torno dos cursos d'água, represas e nascentes, fornecimento de mudas para o plantio nas APPs, disponibilização de hora/máquina para a realização de obras de terraceamento e construção de terraços e curvas de nível, construção de poços para o abastecimento de água a grupos de proprietários das microbacias, oferta de recursos financeiros para a aquisição de implementos agrícolas, calcário e fertilizantes e, também, estímulo à formação de associações de produtores rurais nas respectivas microbacias (SÃO PAULO, 2000) e (HESPANHOL, 2007).

O Programa de Microbacias, inicialmente, estava planejado para ser implementado no período de 2000 a 2006, porém, foi prorrogado por mais dois anos e finalizado em novembro de 2008, sendo que, em novembro de 2007, encerrou-se o financiamento do Banco Mundial, prosseguindo com financiamento apenas do Governo do Estado (HESPANHOL, 2008).

A CATI, nos primeiros anos de vigência do financiamento concedido pelo BIRD, ainda não havia adaptado a sua cultura institucional para gerir um programa desta envergadura e com tais características, o que retardou a execução das ações do programa. A excessiva burocracia exigida pela própria natureza do programa também comprometeu a sua implantação. (HESPANHOL, 2008, p.9).

Os municípios paulistas, para terem acesso aos benefícios oferecidos pelo Programa de Microbacias, tiveram que cumprir dois requisitos básicos: possuir um Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), com participação de diferentes setores da sociedade civil e formalizar convênio com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, apresentando as diferentes operações do programa, contendo um plano de trabalho com todas as ações previstas no município.

Para que o proprietário rural tivesse acesso aos benefícios e subvenções individuais oferecidos pelo "Programa de Microbacias", obrigatoriamente teve de ser elaborado um Projeto Individual de Propriedade (PIP), constando as indicações da necessidade da prática ou equipamento solicitado. Este projeto foi elaborado juntamente com o técnico executor com informações sobre o sistema produtivo da propriedade, as condições socioeconômicas do produtor e propostas técnicas para o seu desenvolvimento sustentável (SÃO PAULO, 2000).

No caso das subvenções coletivas oferecidas pelo programa de microbacias, como abastecedouro e distribuidor de calcário, foram formados grupos de proprietários rurais,

com, no mínimo, cinco integrantes cada, munidos de um Projeto de Empreendimento Comunitário (PEC).

De acordo com documento da CATI (SÃO PAULO, 2000), no qual foi divulgada a Seção Operativa do Programa de Microbacias, as metas globais do mesmo, nos seis anos estimados de vigência, era atingir 4,5 milhões de hectares (que representa apenas 25% da área total das propriedades rurais do Estado), distribuídos em 1.500 microbacias hidrográficas e beneficiando, assim, 90 mil agricultores no Estado de São Paulo.

Inicialmente, o programa tinha como metas atender 21.800 produtores e 3.400 grupos (associações) de produtores nas 1.500 microbacias hidrográficas que seriam trabalhadas. Na Tabela 1 são apresentados os tipos de manejo (práticas) para conservação dos solos e águas oferecidos e as metas estabelecidas inicialmente para cada um deles, além de dados demonstrando e comparando o que foi efetivamente realizado.

Tabela 1 – Tipos de manejos e metas do subcomponente

PRÁTICAS	UNIDADE	META TOTAL	REALIZADO	% DA META REALIZADA
Adubação Verde	ha	8.820	152,4	0,017
Cerca de Proteção	km	5.200	1.561,2	30,0
Terraceamento	ha	279.000	69.825,8	25,0
Faixa de Retenção	ha	24.800	16,7	0,06
Construção de Abastecedouros	Un.	1.240	1.130	91,1
Aquisição de Equipamentos	Un.	2.170	2.678	+23,4*

Fonte: Adaptado de CATI (1997).

* Esta foi a única prática que superou a meta inicial proposta, daí o símbolo +.

No que concerne à adubação verde, inicialmente estava prevista a disseminação desta prática em 8.820 hectares. Ao final do programa de microbacias, apenas 152,4 hectares foram trabalhados, perfazendo apenas 54 propriedades rurais em todo o Estado. Isso demonstra que a busca pela expansão desse tipo de manejo foi pouco expressiva, já que apenas 0,017% da meta foi cumprida, conforme se pode observar na Tabela 01.

Outra prática importante adotada foi a construção de cercas de proteção à Área de Preservação Permanente (APP). A meta inicial traçada era de 5.200 km de cercas para proteger nascentes e cursos d'água nas propriedades rurais, porém, o programa conseguiu construir apenas 1.537,0 km para a proteção de cursos d'água e 24,2 km para proteção de voçorocas. Isso perfaz um total de 1.561,2 km cercas de APP, ou apenas 30,0% da meta inicial.

A construção de terraços/curvas de nível nas propriedades rurais, para controlar os processos erosivos e reter a água na propriedade, foi outra prática muito relevante na busca

pelo desenvolvimento sustentável. Inicialmente, a meta do Programa de Microbacias era executar este manejo em 279.000 hectares. Da mesma forma que constatamos que as práticas anteriores ficaram aquém das metas originais, nesta também não é diferente, pois em apenas 69.825,8 hectares foram construídos terraços/curvas de nível pelo programa. Isso representa apenas 25,0% da meta inicial.

As faixas de retenção, que tinham como meta inicial serem construídas em 24.800 hectares, ao final de 2008, momento em que cessam as atividades do Programa de Microbacias, foram implementadas apenas 16,7 hectares. Isso representa apenas 0,06% da meta traçada originalmente.

Outro ponto relevante do programa era a construção de abastecedouros comunitários nas microbacias hidrográficas trabalhadas. Inicialmente, o programa tinha como meta construir 1.240 abastecedouros. Ao final de 2008, haviam sido construídos 1.130, o que representa 91,1% da meta inicial. Portanto, diferentemente das práticas e manejos previstas até aqui analisadas, a construção de abastecedouros, apesar de não atingir a meta prevista, ficou muito próximo desta, o que é um dado positivo.

No que concerne à aquisição de equipamentos pelos proprietários rurais, a meta inicial era de 2.170 unidades. Ao final de novembro de 2008, somando os distribuidores de calcário (inclusive de tração animal), escarificadores, roçadeiras costal e tratorizadas e semeadora de plantio direto, foram adquiridos um total de 2.678 unidades de equipamentos. Portanto, distintamente de todas as práticas analisadas até aqui, dentro deste subcomponente, a aquisição de equipamentos é a única prática que superou a meta inicial estipulada pelo programa, atingindo 23,4% acima da meta prevista.

Em relação à malha rural, o Estado de São Paulo possui cerca de 250 mil km de estradas, sendo que, destas, em torno de 220 mil km não são pavimentadas. Estas estradas contribuem com 50,0% do solo que é carregado aos mananciais e também por 70,0% das erosões existentes. Isso decorre do fato de que as estradas foram construídas, sem levar em consideração o relevo e o comportamento hídrico na bacia, nem tampouco preocupações conservacionistas, por parte das prefeituras, ao realizarem as manutenções. Desta forma, as chuvas carregam para os mananciais e nascentes o material erodido presente nas estradas, o que as torna responsáveis pela maioria das erosões existentes no Estado de São Paulo (ZOCCAL, 2007).

A readequação das estradas realizadas pelo programa, apesar de terem sido muito restritas, foram importantes e deveriam ser ampliadas e estendidas, pois permitem que “[...] após a

adaptação das estradas, os serviços necessários para a manutenção são drasticamente reduzidos, o que diminui os custos financeiros e o desgaste político dos prefeitos” (HESPANHOL, 2008, p.6).

Inicialmente, o programa de microbacias previa como meta a adequação de 6.000 km de estradas rurais em 1.500 microbacias trabalhadas. No entanto, ao final do programa, apenas 1.630,7 km foram readequados, portanto, as ações, na prática, ficaram muito aquém das metas iniciais.

O programa estadual de microbacias demorou muito tempo para se expandir num ritmo mais acelerado. Somente a partir de 2003 e com maior intensidade após 2006, os recursos passaram a ser utilizados em maior quantidade. De acordo com Neves Neto (2009), a baixa utilização dos recursos do programa no período inicial (2000 – 2005), se deu por conta de que este priorizou a capacitação dos agrônomos, do pessoal de apoio administrativo, lideranças locais, membros dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural e agentes ambientais, bem como houve a necessidade de alteração da Lei de Uso do Solo, permitindo o aumento das subvenções aos produtores rurais.

Para Hespanhol (2008), este atraso se deveu, conforme apontado anteriormente, à excessiva burocracia e à falta de uma cultura institucional da CATI, que agilizasse os trabalhos do Programa de Microbacias. Deste modo, de acordo com Raschiatore e Moreira (2006), até o dia 31 de dezembro de 2005, havia sido gasto apenas 31,77% do total do montante de investimentos previstos no programa.

Além dos fatores já apontados, devemos mencionar a postura, sempre desconfiada, dos proprietários rurais, que achavam que o Governo fosse cobrar mais tarde pelos benefícios concedidos. Observando as vantagens daqueles proprietários que utilizaram as subvenções e benefícios do programa, vários proprietários de outras microbacias hidrográficas, que não foram atendidas, começaram a procurar pelo programa, no caso, o município de Jales.

Ao buscar descentralizar as decisões, incentivar a participação e o envolvimento dos agentes locais, a partir do estímulo à formação de associações de produtores rurais, o Programa de Microbacias possibilitou o surgimento da Federação das Associações de Produtores Rurais das Microbacias do Estado de São Paulo (FAMHESP) em 06 de outubro de 2005, cuja sede inicial foi o distrito de Agissê, no município de Rancharia-SP.

Analisando o papel da FAMHESP, concebida a partir dos desdobramentos do Programa de Microbacias no Estado, em que procura estimular (“induzir”) a formação de associações, Oliveira e Hespanhol (2009), demonstram que

Este caráter induzido das associações vinculadas a Famhesp resulta na ausência de uma “identidade” de grupo dos produtores associados. As ações do PEMH têm inegavelmente trazido avanços do ponto de vista da recuperação ambiental, mas peca ao não possibilitar a constituição de associações de produtores que possuam autonomia e clareza nos objetivos a serem atingidos a médio e longo prazo. (OLIVEIRA; HESPANHOL, 2009, p.7).

Chega-se a uma situação em que a associação não é reconhecida pela própria comunidade que a integra, pois não resultou em certos casos, de um movimento espontâneo dos agentes locais, mas “induzido”, estimulado por ações que, contraditoriamente, tendem a ocorrer em estilo *top-down*, ou seja, o Estado, através de alguns mecanismos, contribuindo para a formação destas associações (CLEMENTE, 2011).

Apesar do considerável avanço do programa em ter adotado a microbacia hidrográfica como unidade de planejamento e gestão, problemas que deveriam ser sanados a partir dessa medida, ainda, permanecem. Justamente pela ausência de articulação em escala regional, Hespanhol (2006) aponta que as ações do programa se dão somente em escala local, em nível da unidade espacial, que é a microbacia hidrográfica de maneira isolada.

Neste caso, se o rio ou o córrego principal ou secundário da microbacia perfizer o limite territorial do município, o que é muito comum, cada um executará o projeto nos seus domínios, sem que haja a necessária integração das ações no âmbito da microbacia hidrográfica, como preconiza o programa (HESPANHOL, 2006, p. 14).

Outro ponto importante, é a falta de recursos humanos e materiais, que inviabilizam um trabalho mais adequado e de maior qualidade por parte dos funcionários da CATI, que, geralmente, são em número insuficiente, comprometendo sobremaneira os serviços de extensão rural no campo paulista. Como resultado, tem-se elevada rotatividade dos engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas contratados pelas prefeituras, em decorrência dos baixos salários que recebem. Isso redundou na falta de confiança do proprietário rural, em relação aos profissionais.

Após o término do período de execução do programa, em novembro de 2008, diferentemente do “Paraná Rural” e do “Microbacias”, que atingiram suas metas e foram até além, podemos verificar que o Programa de Microbacias paulista não conseguiu atingir as metas inicialmente estabelecidas. Observa-se na Tabela 04, que, da meta inicial de se trabalhar em 4,5 milhões de hectares no Estado, atingiu-se apenas 3.290.200 hectares, ficando assim, muito distante da meta.

Tabela 2– Resultados do programa de microbacias no Estado de São Paulo*

Indicadores	montante realizado
Municípios envolvidos	518
Produtores beneficiados	70.400
Microbacias trabalhadas	986
Área total trabalhada (ha)	3.290.200
Projetos Individuais de Propriedade – PIP elaborados	26.000
Associação de produtores formada/fortalecida	369
Estradas rurais adequadas em 300 municípios	1.232 km
Produtores beneficiados com incentivos diretos	16.284
Dinheiro desembolsado em incentivos diretos	24,9 milhões (R\$)
Agentes Ambientais capacitados	600
Voçorocas controladas em áreas degradadas	830
Mudas de espécies nativas produzidas e distribuídas	2.500.000
Mata ciliar recomposta (ha)	1.300
Cercas de APP	602 km
Práticas conservacionistas instaladas	46.525

Fonte: O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH): “O Programa de Microbacias melhora a sua vida”. Experiências de sucesso. In: CD-Rom, São Paulo, CATI, 2008. Org. Evandro César Clemente.

* dados contabilizados até a data de 01 de setembro de 2008. Lembrando que o PEMH teve vigência até novembro de 2008.

O programa de microbacias tinha como meta beneficiar 90 mil agricultores no Estado de São Paulo, sendo que, em setembro de 2008, havia atingido apenas 70.400, aquém, portanto, da meta inicial projetada. Também previa trabalhos em 1.500 microbacias no Estado, mas atingiu apenas 986, muito aquém da meta traçada originalmente, conforme se observa na Tabela 02.

Apesar de não ter atingido as metas, cabe lembrar que, por diversos fatores, os resultados foram bastante variados, tanto em escala estadual, quanto nas regionais. Segundo o autor supracitado, esse

[...] maior ou menor êxito dependeu basicamente do interesse e do empenho das autoridades municipais, da atuação dos técnicos executores e do envolvimento e nível de organização dos produtores rurais. (HESPANHOL, 2008, p.10).

Outro fator relevante tem sido a participação dos envolvidos, através de associações, CMDR, entre outros canais, algo que ainda não despertou o interesse e envolvimento da grande maioria dos proprietários rurais, ao menos na região de Jales.

De modo geral, observou-se que, as práticas e subvenções do Programa de Microbacias têm sido muito vinculadas ao manejo agrônomo-ambiental direcionado para a recuperação de áreas degradadas, em detrimento de práticas e ações de caráter socioeconômico.

Apesar dos bons exemplos e dos benefícios aos produtores, estes ainda se manifestam de maneira pontual e restrita. Por isso, reiteramos a necessidade de expandir a atuação do Programa de Microbacias, como forma de promover um efetivo e amplo desenvolvimento

rural no Estado de São Paulo e, sobretudo, naqueles municípios cuja geração de emprego e renda, está fortemente vinculada ao dinamismo das atividades agropecuárias.

Concordamos que as vantagens da recuperação ambiental e do manejo sustentável trazidas pelo programa, se refletem no âmbito socioeconômico, à medida que, conservando solos e água, os proprietários rurais garantem a fertilidade do solo e a qualidade das águas, permitindo melhorias na produção agrícola e, conseqüentemente, possibilitando a geração de renda e emprego. No entanto, para que as áreas recuperadas (solos, águas etc.) pelo Programa de Microbacias permaneçam preservadas e gerando renda ao proprietário rural, são necessárias ações e políticas integradas, em especial na geração de renda e emprego no campo, de modo que o proprietário tenha condições financeiras em realizar os manejos e as práticas sustentáveis por conta própria, dando prosseguimento às ações recomendadas pelo programa.

Ao final da primeira fase de atuação do programa de microbacias, concluímos que suas ações se concentraram nos aspectos agrônômico-conservacionistas, como controle de erosão, cerca de APP, aquisição de calcário, adubação verde, readequação de estradas, e outros. Apesar de reconhecermos a relevância e validade destas ações no aumento da produtividade e da produção agrícola, consideramos que são insuficientes para atingir plenamente o desenvolvimento rural sustentável, apregoado pelo manual operativo do programa. Desta forma, se torna necessário o estabelecimento de medidas e ações concretas que contemplem a dimensão socioeconômica, de modo a garantir renda e emprego para pequenos proprietários e trabalhadores rurais, assim como equacionar a problemática ambiental no campo.

Em nível estadual, Hespanhol (2007) considera que a área de cobertura do programa foi pouco expressiva e enfrenta sérios problemas, em razão do sucateamento que o Governo do Estado tem submetido a CATI, órgão responsável pela execução e coordenação do programa. Só recentemente houve contratações através de concursos públicos e aumento salarial para os técnicos da CATI.

No entanto, Raschiatore e Moreira (2006) avaliam que o Programa de Microbacias em sua primeira fase proporcionou um significativo aprendizado no nível regional e local, ou seja, nos municípios, contribuindo para a capacitação dos técnicos executores. Este aprendizado, segundo os autores, também atingiu as comunidades, pois cada uma participou efetivamente do diagnóstico das necessidades de sua microbacia.

O projeto microbacias II – acesso ao mercado

Dando continuidade as ações desenvolvidas pelo Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (2000-2008), vem sendo implementado no Estado de São Paulo o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II – Acesso ao Mercado, que é resultado do acordo (empréstimo 7908-BR) entre o Governo do Estado e o Banco Mundial.

Essa política pública estadual é gerida por duas secretarias, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, por meio da Coordenadoria de Assistência Técnica e Integral – CATI/SAA, que é responsável por 81,2% de todo o recurso disponível para o projeto, e a Secretaria do Meio Ambiente, através da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais – CBRN/SMA.

O objetivo principal do Microbacias II é fomentar o desenvolvimento rural sustentável, gerando oportunidades de emprego e renda, a inclusão social, a manutenção/recuperação dos recursos naturais e a satisfação da comunidade. Para isso, o projeto terá como foco elevar a competitividade da agricultura familiar no Estado de São Paulo. As tribos indígenas e as comunidades quilombolas também serão atendidas por essa política pública (SÃO PAULO, 2010 b).

Para acessar os recursos do Projeto de Microbacias II, os agricultores familiares e os grupos tradicionais (quilombolas e indígenas) deverão se organizar coletivamente, por meio de Associações e/ou Cooperativas, buscando uma cadeia produtiva comum.

As metas do projeto são:

- ✓ atender 22.000 famílias de agricultores familiares e 350 famílias de tribos indígenas e 250 comunidades quilombolas;
- ✓ dar oportunidade a 30 mil famílias inseridas nas organizações de produtores terão de receberem assistência técnica e capacitação do programa;
- ✓ identificar e estimular 1.200 associações/cooperativas de produtores a apresentarem propostas de negócios;
- ✓ envolver 550 municípios do Estado de São Paulo, que tenham estabelecido convênio com a SAA/CATI e possuam os Planos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável planejado, acompanhado e monitorado;
- ✓ Capacitar 550 Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural para que possam elaborar e acompanhar a execução dos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável.

- ✓ Readequar 18.000 km de estradas rurais em 120 municípios, para permitir a trafegabilidade o ano todo.
- ✓ Apoiar 40 subprojetos ambientais e
- ✓ Implantar dois programas de serviços ambientais (SÃO PAULO, 2010b)

O Microbacias II – Acesso ao mercado está dividido em três Componentes: 1) Apoio às Iniciativas de Negócios dos Agricultores Familiares, 2) Fortalecimento das Instituições Públicas e 3) Infraestruturas e Gestão de Projetos. Além dos três componentes, há cinco subcomponentes: 1) Investimento nas Iniciativas de Negócios dos Agricultores Familiares; 2) Fortalecimento das Organizações de Produtores Rurais; 3) Políticas Públicas, Monitoramento de Mercado e Extensão Rural; 4) Fortalecimento da Infraestrutura Municipal e 5) Sustentabilidade Ambiental.

Apenas os pequenos agricultores familiares, inseridos num plano de negócio, terão incentivos individuais em suas propriedades, sendo que o reembolso concedido pelo programa será de no máximo 70% do valor do bem ou serviço realizado na propriedade. O limite por agricultor do benefício individual será de 10 mil reais durante os cinco anos do Projeto.

Os municípios prioritários para a execução do projeto serão selecionados conforme critérios socioeconômicos e ambientais. Para o índice econômico será levado em consideração a elevada presença de agricultores familiares (LUPA – 2008), a participação do município na totalidade do PIB estadual (SEADE – 2005), a criação de emprego e a composição da renda (Firjan – 2005) e o número de Associações e/ou Cooperativas presentes no município, de acordo com dados do Programa de Microbacias (CATI/SAA).

A figura 2 destacou o percentual de municípios que se enquadram no índice de prioridade do projeto Microbacias II. Dessa forma, se o Escritório de Desenvolvimento Rural possuir mais de 70% de municípios com índices econômicos e ambientais altos, irão receber 76,0% dos recursos – área 1; já a área 2 se enquadra na prioridade alta > 35% e <= 70%, ficará com 23% do financiamento e, por último, a área 3, com baixa prioridade < 35%, terá apenas 1% dos incentivos.

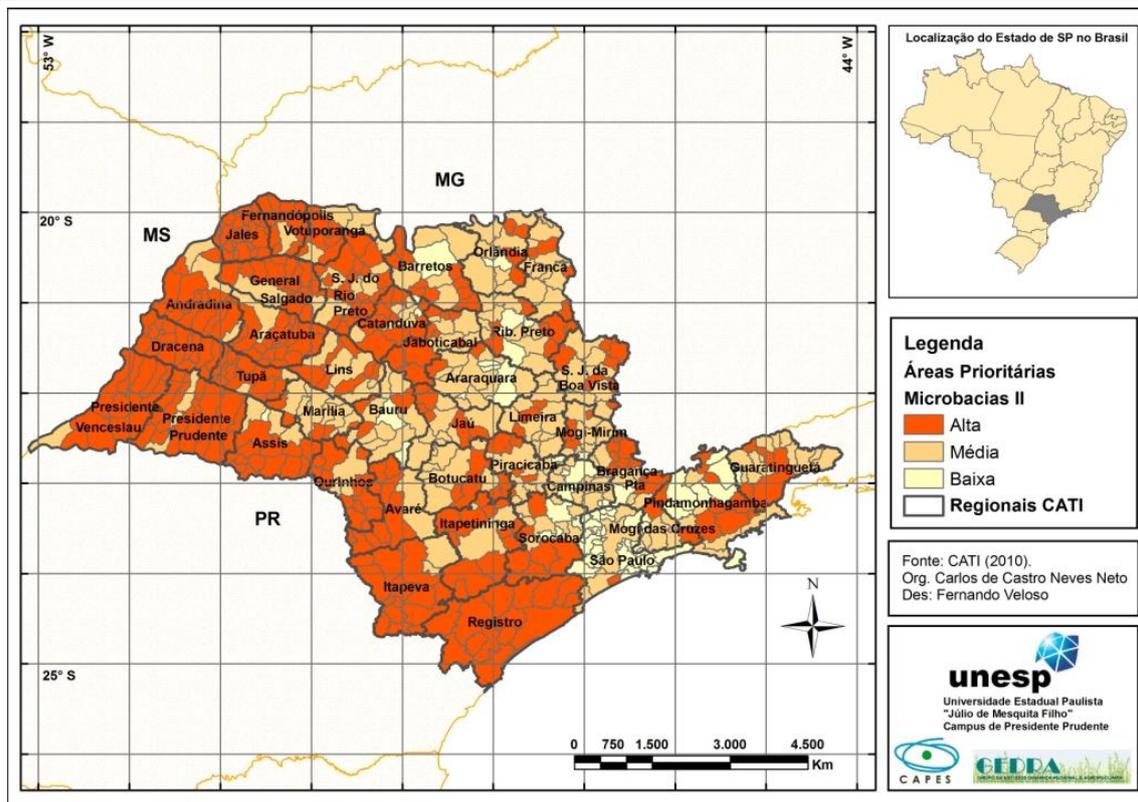


Figura 2: Áreas prioritárias do Projeto Microbacias II

Questões e limites na implementação dos programas de microbacias

Neste item discutiremos alguns problemas na execução do Projeto de Microbacias II, a partir dos dados coletados em trabalho de campo, realizado durante o ano de 2011 e 2012. Com base nisso discutiremos alguns problemas desse novo programa, que já detectamos em trabalho de campo realizado no segundo semestre de 2011.

O projeto prioriza o atendimento às organizações rurais que estiverem legalizadas há pelo menos um ano e, com no mínimo 15 associados. Dessa forma, boa parte das organizações rurais existentes ficarão de fora do programa, já que não possuem o número mínimo exigido.

Em pesquisa de campo realizada no EDR/Dracena, junto aos produtores rurais dos municípios de Tupi Paulista, Irapuru, Dracena e Junqueirópolis, notou-se a falta de informação entre os proprietários rurais sobre o funcionamento do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável, sendo que muitos dos que foram entrevistados achavam que a sua execução se daria nos mesmos moldes da primeira edição do Programa de Microbacias (2000-2008). No entanto, o Microbacias II é bastante diferente do PEMH. Por esse motivo, seria mais adequado ter escolhido outro nome para esse novo projeto ou detalhá-lo melhor aos produtores, de modo a evitar que os envolvidos confundam.

Em entrevistas realizadas com técnicos da CATI, diretores de EDRs (Dracena e Araçatuba), com presidentes de Associações (Junqueirópolis, Tupi Paulista e Dracena), engenheiros agrônomos e presidentes de CMDR, muitos ressaltaram a dificuldade de entender os objetivos do programa, apontando a dificuldade na elaboração dos planos de negócios. Também destacaram problemas no excesso de burocracia (documentos exigidos para conseguir o benefício) e que o novo programa não vai ao encontro dos interesses dos agricultores familiares menos favorecidos economicamente.

O engenheiro agrônomo da CATI/Dracena destaca que no “papel” o Projeto Microbacias II é muito bem elaborado, haja vista o foco na geração de renda e nas organizações rurais; porém, na prática, será muito difícil implementá-lo, já que muitas associações de produtores rurais foram criadas apenas para angariar recursos do Programa de Microbacias (2000-2008) e, atualmente, estão inoperantes.

Essa opinião é corroborada pelo presidente da Associação Agrícola de Junqueirópolis, em entrevista realizada em dezembro de 2011, quando apontou a fragilidade da maioria das associações de produtores do Estado de São Paulo. Ainda, de acordo com ele, o projeto vai priorizar as organizações rurais mais fortalecidas - como exemplos, a própria AAJ, Cacetupi, Canda, entre outras – que, em tese, não precisariam de recursos públicos.

Contraopondo a essa argumento, o diretor do EDR/Araçatuba e também um dos elaboradores do novo projeto, ressalta que, inicialmente, serão selecionadas as associações/cooperativas mais capitalizadas/organizadas, no entanto, ele espera que as outras organizações se espelhem naquelas e possam ser inseridas no projeto. Isso seria uma aposta difícil de ser concretizada, pois, como destaca Antuniassi (2009), poucas são as organizações coletivas consolidadas no Estado de São Paulo. A maioria delas funciona apenas no papel, não conseguindo atrair um grande número de produtores rurais.

Como destaca Neves Neto (2009), no Programa de Microbacias (2000-2008), houve um aumento no número de associação criadas e/ou fortalecidas, porém isso ocorreu com o objetivo de acessar os recursos do programa, ou seja, foi um processo de “cima para baixo”, fortemente induzido pelo Estado. Após o fim da primeira fase do programa, muitas associações não conseguiram se manter e, atualmente, estão inoperantes, existindo apenas no papel.

Apesar da participação da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, que deveria fortalecer e aumentar as medidas de cunho ambiental do programa, o aspecto econômico tem sido predominante no programa, em que a busca por competitividade e o acesso ao mercado

serão as *chaves-mestras* do Microbacias II. A SMA contará com apenas 18,2% dos recursos e só atenderá os proprietários rurais que estiverem inseridos num plano de negócio apresentado por uma organização rural. No entanto, os problemas ambientais não se restringem aos membros de uma iniciativa de negócio, então o que fazer se uma erosão atingir duas propriedades e se apenas uma delas poder contar com recursos do programa? Ou, se na recuperação de uma APP, como reflorestar apenas algumas propriedades pertencentes a um mesmo curso d'água?

Em termos ambientais, essas medidas não teriam resultados a contento. Como o projeto não adota a microbacia hidrográfica como unidade de planejamento, fica difícil planejar o reflorestamento e/ou recuperar as áreas de preservação permanente de um córrego de modo integrado entre todas as propriedades pertencentes à microbacia. Assim, se um produtor fizer parte de um plano de negócio, ele terá o direito de utilizar os recursos do projeto para reconstituir sua mata ciliar; no entanto, o seu vizinho, se não fizer parte desse mesmo plano, não será contemplado pelo Microbacias II. Ou seja, o córrego, que perpassa várias propriedades, terá apenas em alguns trechos a sua mata ciliar reconstituída, em outros, continuará sem essa importante vegetação, o que poderá, inclusive, minimizar ou até mesmo prejudicar os trabalhos de recuperação efetuados nas propriedades contempladas pelo programa.

Mesmo contando com o apoio do SEBRAE-SP, do Instituto Brasileiro de Frutas – IBRAF, da UNESP (campus de Ilha Solteira), da Empresa de Ecologia Aplicada de Botucatu no processo de certificação da acerola, a AAJ/COOPAJ apresentou uma iniciativa de negócio requerendo quase 800 mil reais do projeto. Esse exemplo reforça a tese de que o Microbacias II vai beneficiar organizações rurais com elevado número de parcerias, capitalizadas, em detrimento de pequenas associações/cooperativas, que mal contam com uma estrutura física de funcionamento.

Também podemos citar o exemplo da Cacretupi, que distribuiu no final de 2011, R\$ 610.000,00 reais aos seus cooperados, tendo uma renda bruta, em 2010, de 26,9 milhões de reais. Além do fator financeiro, possui toda uma estrutura de extensão rural, com médicos veterinários e engenheiros agrônomos, que atendem os 1.300 cooperados. Essa Cooperativa elaborou um plano de negócio de mais de um milhão de reais para ampliar o seu laticínio e, conseqüentemente, poder lançar quatro novos produtos (Requeijão, Manteiga, iogurte e leite de garrafa) no mercado. Dessa forma, a reflexão que deve ser feita, é que será realmente adequado o governo estadual destinar recursos para uma empresa, cuja receita,

em 2010, foi de aproximadamente 27 milhões de reais? Seria mais indicado destinar os recursos para as associações de pequenos proprietários rurais que estão em piores condições financeiras, de forma a garantir a sua reprodução social e manutenção destes no campo.

Outro problema verificado na operacionalização do Microbacias II foi o foco em cadeias produtivas, o que pode levar o produtor rural a se especializar em um único produto, correndo o risco de ficar muito sujeito às oscilações do mercado. Os agricultores familiares mais bem sucedidos diversificaram a sua produção, com plantio de milho, feijão, arroz, produção de leite, criação de porcos, galinhas, bovinos, além de produzirem mudas de espécies nativas e exóticas. A diversificação propicia a ampliação da renda familiar e permite que os agricultores estejam mais bem preparados para enfrentar as vicissitudes do mercado. O Quadro 1 destaca a mudança ocorrida no Microbacias II, em comparação com PEMH, confirmando a semelhança dos dois programas apenas no nome. A dimensão ambiental, *carro-chefe* do PEMH, perdeu relevância no novo programa, que prioriza o fortalecimento das cadeias produtivas e a competitividade no mercado. O público alvo também mudou, já que os beneficiários individuais necessariamente terão que participar de um plano de negócio e não mais apenas residir numa microbacia selecionada.

As mais de 450 Associações criadas com o Programa de Microbacias terão um papel estratégico na elaboração das propostas de negócios do Microbacias II (SÃO PAULO, 2009). Dessa forma, de um programa elaborado para todos os produtores rurais das microbacias selecionadas – Programa de Microbacias (2000-2008) - nos municípios, estão executando um projeto – Microbacias II - restrito apenas a alguns produtores que estejam inseridos numa associação/cooperativa, que por sua vez, forem contempladas com a aprovação dos planos de negócios. Ou seja, há uma clara redução no número de participantes e exclusão da maior parte dos agricultores, sobretudo os mais pobres e carentes do Estado (NEVES NETO, 2013).

A exclusão de significativa parcela dos pequenos proprietários rurais do programa também ocorreu no PEMH. Porém, neste o problema se deveu à ao caráter pontual e restrito do programa, que selecionou apenas os proprietários estabelecidos nas microbacias hidrográficas selecionadas.

Quadro 1: Comparação entre o PEMH e o Microbacia II

	PEMH	MICROBACIAS II
Foco	Ambiental	- Aumento da competitividade - Aumento de emprego e renda
Unidade de Trabalho	Microbacia Hidrográfica	- Organização de produtores (Associações e Cooperativas)
Beneficiários	Produtores Individuais e/ou Coletivos Associações – fortalecimento	Associação e Cooperativa Agricultores familiares e grupos de uma cadeia produtiva comum envolvidos pela Associação/Cooperativa
Execução	Plano de Microbacia	Plano de Negócio

Fonte: Apresentação do Microbacias II, enviada, por email, pelo funcionário da CATI/Dracena.

Essa redução se refletiu nos primeiros resultados do projeto (primeira fase). Em agosto de 2011 tivemos 134 manifestações de interesses das associações e cooperativas de produtores rurais para iniciativas de negócio ao Microbacias II. No entanto, apenas 32 propostas de negócios foram aprovadas pela CATI. Esse dado reforça a tese de que o projeto Microbacias II está atendendo poucos proprietários rurais de alguns municípios do Estado, em detrimento da maioria. Se fizermos a divisão do número de planos aprovados (32) pelo total de Escritórios de Desenvolvimento Rural do Estado (40), não teremos sequer um plano por EDR, o que representa um resultado bastante insatisfatório.

O maior problema, segundo o diretor do EDR/Araçatuba, foi que a maioria das propostas apresentadas focou muito na produção, deixando de fora a análise do mercado. Além de não terem o plano de negócio aprovado, muitas organizações coletivas podem ter prejuízos financeiros com essa etapa do projeto, já que a maioria delas teve que contratar uma empresa privada para elaborar a proposta de negócio.

A contrapartida de 30%, a ser dada pelas organizações rurais, pode se tornar um problema, conforme relata, em entrevista, o presidente da Associação dos Moradores Santa Rita de Tupi Paulista. Muitas associações não possuem recursos suficientes para arcar com esse encargo e, caso a proposta de negócio não seja aprovada, o custo deverá ser ressarcido pelos associados. A consequência disso poderá ser o endividamento da organização rural, levando ao seu enfraquecimento ou até mesmo ao encerramento das atividades de muitas associações.

Como exemplo de organização rural inoperante, podemos apontar a caso do município de Irapuru. Em visita a Casa da Agricultura, o veterinário da prefeitura relatou que a Associação de produtores rurais do município, criada para conseguir recursos do Programa de

Microbacias, não estava funcionando e os seus maquinários estavam todos quebrados, “encostados” no prédio da Casa da Agricultura de Irapuru.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O programa de microbacias em sua primeira edição (2000 – 2008) foi bastante restrito e pontual, pois atendeu uma pequena parcela dos agricultores familiares do Estado. O Programa de Microbacias II “Acesso ao mercado” (2000-2008) por sua vez, também careceu de conexão, articulação e integração com as demais políticas públicas, destinadas ao campo, em seus mais variados âmbitos, desde a municipal até a federal, sobretudo, com políticas ligadas à geração de renda.

Uma medida fundamental seria procurar integrar o Programa de Microbacias com o PRONAF, Comitês de Bacias Hidrográficas e as demais políticas federais, como os Territórios da Cidadania, Territórios Rurais, PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), dentre outros. Além disso, deveriam ser criadas políticas em âmbito municipal e integradas às demais.

Ao elaborar uma política pública, o Governo do Estado de São Paulo poderia ter adotado outras variáveis, além da econômica, ao se analisar os agricultores familiares, como o aspecto cultural, os laços históricos com a terra e o aspecto estratégico de sobrevivência, ou seja, a produção do próprio alimento. Os políticos, elaboradores do projeto, poderiam conhecer melhor as idiossincrasias desses agricultores, antes de propor uma política pública focada quase que exclusivamente nos aspectos econômicos, que não contempla a maioria dos agricultores familiares do Estado.

Assim, a nova política pública estadual, o projeto Microbacias II é altamente seletivo e excludente, por priorizar um grupo pequeno de produtores (inseridos num plano de negócio) e focar nas organizações rurais mais capitalizadas e que não dependem da “ajuda” do Estado. Novamente, os produtores rurais descapitalizados, que enfrentam graves problemas ambientais em suas propriedades, ficarão à margem dessa política pública, financiada com recursos de toda a sociedade.

Dessa forma, o Microbacias II mudou totalmente o foco de atuação da primeira fase do programa. Se antes o público alvo era o agricultor residente numa microbacia selecionada pelo programa, nessa nova política pública o público atendido é o produtor que está inserido numa organização rural (associação/cooperativa), inserida no mercado capitalista.

Reiteramos que a semelhança dos dois programas está apenas no nome, já que são políticas totalmente diferentes e com públicos distintos.

Dessa forma, podemos observar que os avanços obtidos na primeira edição do Programa de Microbacias, como o incentivo ao manejo adequado do solo e da água nas propriedades rurais, foram deixados de lado no Microbacias II. O foco central desse novo projeto é o mercado, acarretando assim num retrocesso nessa política pública de desenvolvimento rural. O mais adequado seria a manutenção das ações ambientais desenvolvidas no programa em sua primeira edição, assim como a inserção de medidas que também elevassem a renda do agricultor familiar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNIASSE, M. H. R.. *Evolução do Processo de Formação, Organização e Atuação das Associações de Pequenos Produtores Rurais – Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas*. Campinas, Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI, 2009.

CLEMENTE, E., O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas no contexto do desenvolvimento rural da região de Jales – SP. Tese (doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, FCT/UNESP, Presidente Prudente, 339 f, 2011.

HESPANHOL, A. N. O programa LEADER + e o desenvolvimento rural na região Centro Oeste da Bretanha – França. *IN: ANAIS DO II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA*. Presidente Prudente: FCT – UNESP, 2005. p. 1 – 10.

HESPANHOL, A. N. Origem, magnitude e territorialização do agronegócio no Brasil. In: *ANAIS DO III ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA SOBRE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO E TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS*, 2007, Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

HESPANHOL, A. N. Os programas de microbacias no Brasil. In: MARAFON, G. J.; PESSÔA, V. L. S. (Orgs.). *Agricultura, Desenvolvimento e Transformações Socioespaciais: Reflexões interinstitucionais e constituição de grupos de pesquisa no rural e no urbano*. Uberlândia: Ed. UFU, 2008.

NEVES NETO, C. de C., Políticas Públicas & Desenvolvimento Rural: o Programa de Microbacias I e II no Estado de São Paulo. Tese (doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, FCT/UNESP, Presidente Prudente, 312 f, 2013.

NEVES NETO, C. de C.. *O PROGRAMA ESTADUAL DE MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS EM SÃO PAULO: o caso do município de Assis/SP*. 196 f. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, FCT/UNESP, Presidente Prudente.

OLIVEIRA, A. R. de; HESPANHOL, A. N. As Federações de agricultores como espaços de mediação organizativa e gestão territorial no Pontal do Paranapanema-SP. In: *ANAIS DO V ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA "AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS"*, UFSM, Santa Maria, 2009.

RASCHIATORE, R. A.; MOREIRA, D. A.. Inovações na implementação do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas do Estado de São Paulo. In: **GESTÃO E PRODUÇÃO**, v.13, n.3, set – dez, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/gp/v13n3/12.pdf>>, acesso em 01/11/2007.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. *PROGRAMA ESTADUAL DE MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS*. CATI, Seção Operativa: São Paulo, 2000. (CD-ROM)

SÃO PAULO (Estado). *O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas*. ANEXOS CATI: São Paulo, 2001.

SÃO PAULO (Estado). *O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas*. MANUAL DO PROGRAMA – SEÇÃO OPERATIVA. CATI: São Paulo, 2001.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. *Informe Final do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas - PEMH (ICR)(BIRD-42380) de um empréstimo no montante de US\$ 55 milhões equivalentes ao Estado de São Paulo para o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas*, jan/2009.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento e Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral e Coordenadoria da Biodiversidade

e Recursos Naturais. *PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL. MICROBACIAS II – ACESSO AO MERCADO*. Manual Operacional, 2010 a.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento e Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral e Coordenadoria da Biodiversidade e Recursos Naturais. *Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável. MICROBACIAS II – Acesso ao mercado*. Anexo 1: Informações gerais da agropecuária do Estado de São Paulo, 2010 b.

ZOCCAL, J. C.. *Soluções: cadernos de estudo em conservação do solo e da água*. Presidente Prudente: CODASP, 2007.

Artigo recebido em 15/08/2013.

Artigo aceito em 06/01/2014.